



Economia

Economistas sobre Cavaco Silva: entre “apelo a melhores políticas” e “política pura e dura”

Sérgio Aníbal

Artigo de opinião anima debate sobre a importância de reduzir a dívida, as alternativas de política e os efeitos na economia

A ideia, defendida por Cavaco Silva num artigo de opinião publicado ontem pelo PÚBLICO, de que reduzir o défice e a dívida não deve ser o objectivo único da política orçamental parece recolher a concordância da generalidade dos economistas, mas enquanto alguns vêem nas mensagens enviadas pelo ex-Presidente pouco mais do que um exercício político, outros elogiam a intenção de tornar a política orçamental em Portugal mais eficaz a atingir outros objectivos, como o aumento do crescimento potencial da economia.

No texto que publicou, Cavaco Silva criticou a utilização no debate sobre o OE da expressão vague e nebulosa “contas certas” para caracterizar o facto de o saldo orçamental ser positivo, defendeu que “um certo valor para o saldo do orçamento não é um verdadeiro objectivo da política orçamental” e concluiu que “as ‘contas certas’ foram a armadilha que o Governo socialista montou para, com algum sucesso, desviar a atenção dos órgãos de comunicação social e dos analistas e cronistas políticos dos graves problemas do país, que são da sua inteira responsabilidade, e condicionar a atitude dos agentes do espaço político em relação ao debate do Orçamento”.

O antigo líder do PSD deu ainda como exemplos textos de dois economistas em que se critica igualmente o conceito de “contas certas”, muitas vezes utilizado pelos membros do Governo. Um desses economistas, Ricardo Paes Mamede, que escreveu sobre as “contas certas” num texto no PÚBLICO, não se mostra muito impressionado com as ideias defendidas agora por Cavaco Silva.

“Acho bem que se questione a ideia de que atingir um equilíbrio orçamental é tudo, foi por isso que escrevi o meu texto. Mas aquilo que Cavaco Silva faz é um exercício de política pura e dura. Em termos de análise económica, não acrescenta nada. É apenas uma tentativa de neutralizar aquilo que é o grande argumento do PS para estas eleições, que é o equilíbrio orçamental atingido”, afirma o professor do ISE.

Paes Mamede lamenta em particular que o antigo primeiro-ministro e



Aníbal Cavaco Silva, ex-Presidente da República

ex-Presidente da República não tenha explicitado quais as prioridades orçamentais que considera que devem ser seguidas. “Eu estava com grande vontade de ouvir o que é que Cavaco Silva entende que deve ser a política orçamental do Governo, quais são que devem ser as prioridades, mas a verdade é que ficámos sem saber o que é que defende para além de dizer que tudo aquilo que o Governo fez está mal”, afirma.

O artigo de opinião de Cavaco Silva parece apontar para cortes de despesa no Estado, ao assinalar a existência de “desperdício dos dinheiros públicos, evidenciado pelo crescimento acentuado da despesa pública”. Mas neste caso Ricardo Paes Mamede coloca em causa os dados utilizados pelo ex-Presidente. “O peso da despesa desde 2015 não está a subir, antes pelo contrário, tem vindo a descer”, afirma.

Paulo Trigo Pereira, economista especialista em finanças públicas que foi deputado independente no grupo parlamentar do PS, também não vê “qualquer novidade naquilo que Cavaco Silva diz em relação ao saldo orçamental” e acusa o texto de ser “demagógico ao elencar todos os problemas do país como se fossem herança socialista, e como se tudo se resolvesse com uma mudança do governo”. Para o professor do ISEG, o facto de Cavaco parecer minimizar a impor-

tância de reduzir a dívida contém riscos para o futuro. “Percebo o artigo como uma forma de tentar retirar ao PS o mérito de ter reduzido a dívida. Mas fazê-lo nesta altura de eleições e com este título – “‘Contas certas’”, a armadilha para iludir os portugueses” – até pode ser perigoso. Não tem sido fácil na história das finanças públicas portuguesas ter tido contas estruturalmente equilibradas. Este equilíbrio estrutural do orçamento não está assegurado, e diria mesmo que está bastante em perigo com todas as reivindicações actualmente existentes e perante a probabilidade elevada de termos um governo minoritário a sair das eleições”, afirma.

Já João Moreira Rato, ex-presidente do IGCP, tem uma opinião diferente, interpretando o texto de Cavaco Silva como um aviso de que “o equilíbrio das contas públicas pode ser uma falsa realidade que não pode ser sustentada a prazo”, algo que aconselha a que “haja alguma seriedade nas propostas eleitorais que se façam”. Para este economista, é evidente que a redução registada na dívida pública “é positiva”, mas também que apenas isso “é insuficiente como análise da realidade”.

“Não se tem feito o suficiente a análise a médio e longo prazo dos orçamentos, uma análise mais de sustentabilidade das contas públicas e de qual é o impacto na economia”, alerta, dando um exemplo: “Se estamos a reduzir dívida mas temos como objectivo político manter um certo nível de serviços públicos que vai levar a aumento da despesa, isso não é sustentável.” O que Cavaco Silva também quis transmitir, diz, é que “existe a possibilidade de a forma como estamos a financiar o orçamento estar a estrangular a economia”.

Paulo Trigo Pereira não vê “qualquer novidade naquilo que Cavaco Silva diz em relação ao saldo orçamental”



Perguntas e respostas

Novo aeroporto em Lisboa: oito perguntas sobre como vai ser decidido

A comissão técnica apresenta hoje o relatório sobre o aumento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa. Nele, as nove opções são analisadas à luz dos cinco factores críticos de decisão. A decisão política fica para 2024.

Quem está a fazer este estudo?

Uma obra tão grande levou o Governo e o PSD a fecharem um acordo sobre a metodologia para a escolha do novo aeroporto. O que aconteceu em 2022. Desse entendimento nasceu a criação de uma comissão técnica independente, que dedicou todo o ano de 2023 ao estudo de uma forma de aumentar a capacidade aeroportuária.

Que opções estão a ser estudadas?

Em Abril, a comissão técnica independente fez a primeira conferência, em que somou quatro opções estratégicas para o novo aeroporto às cinco que o Governo tinha identificado para serem estudadas. Assim, no total são nove as soluções em cima da mesa. A pedido do executivo, estão em estudo Portela + Montijo; Montijo + Portela; Alcochete; Portela + Santarém; e Santarém (sem ser combinado com outro). Depois de um processo de recolha de contributos, a comissão técnica juntou Portela + Alcochete; Vendas Novas + Pegões; Portela + Vendas Novas-Pegões; e Rio Frio + Poceirão.

Com base em que critérios vai a comissão técnica decidir?

Em Julho, os peritos definiram o Quadro de Avaliação Estratégica, no qual constam os cinco factores críticos para a decisão. São eles a segurança aeronáutica, a acessibilidade e território, a saúde humana e viabilidade ambiental, a conectividade e desenvolvimento económico e o investimento público e modelo de financiamento.

Que importância tem o relatório que é conhecido hoje face aos anteriores?

O relatório que a líder da

comissão, Rosário Partidário, apresenta hoje será uma peça-chave para a decisão final. Isto porque dará informações relevantes sobre cada uma das opções em estudo à luz dos cinco factores críticos de decisão que foram considerados.

O que se espera das conclusões deste relatório?

O relatório permitirá perceber, à luz de cada factor crítico de decisão, como se coloca cada uma das opções estratégicas. Nesse sentido, será pouco provável que o relatório indique qual é a opção estratégica óptima.

Quais os próximos passos até à decisão final?

O relatório ficará em consulta pública durante 30 dias úteis, ou seja, até ao meio de Janeiro. Depois disso, a comissão técnica entrega o relatório final ao Governo.

Como é que o Governo escolhe?

Vai tratar-se de uma decisão política suportada na informação técnica dada pelo relatório da comissão independente. Como já explicou a presidente da comissão, “se o decisivo [político] nessa altura quiser dar mais valor à segurança aeronáutica” ou “ao investimento público e o modelo de financiamento ou à saúde e a viabilidade ambiental, naturalmente que é livre de o fazer”.

E quando escolhe, tendo em conta que há eleições?

O calendário prevê que o Governo escolhesse depois de receber o relatório, no início de 2024. No entanto, a escolha deverá ficar para o executivo formado após as eleições antecipadas de 10 de Março.

Tres dias depois da demissão do Governo, o ex-ministro das Infra-Estruturas, João Galamba, garantiu que a decisão política ficará para o próximo executivo. Até porque o Governo entra em gestão na quinta-feira, 7 de Dezembro. **Marta Moitinho Oliveira**